

cação a que se procedeu viabiliza a integração do programa estadual no Plano Nacional de Saneamento-PLANASA, instrumento acionado pelo Governo Federal, por intermédio do BNH, para resolver o problema de 3 364 municípios brasileiros e beneficiar, até 1980, cerca de 53 milhões de habitantes, com um investimento de 8,9 bilhões de cruzeiros. O Governo de São Paulo participará, em partes iguais, com o BNH, do investimento de 3,8 bilhões de cruzeiros, com financiamentos adicionais do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

Os recentes convênios firmados com o Ministério do Interior permitirão que se elimine, até o final desta década, o déficit de abastecimento de água das populações urbanas paulistas, com atendimento ao nível de 87%, e que se leve a rede de esgotos a, pelo menos, 60% dos moradores das nossas cidades. Ainda em 1974 serão alcançados, para todo o território paulista, os índices de 64% no abastecimento de água e 46% na coleta de esgotos. Especificamente na área da Grande São Paulo, esses índices, até o fim desta década, alcançarão, respectivamente, 80% de água e 60% de esgotos. O programa de controle da poluição hídrica abrange algumas de nossas principais bacias hidrográficas, tais as do Alto Tietê, Moji-Guaçu, Piracicaba, Paraíba, Litoral Norte, Guarapiranga, Sorocaba, além das que se compreendem na área metropolitana.

Educação

Será, por certo, aludir a verdade patente dizer que os recursos destinados à educação não representam simples dispêndio, mas, ao contrário, constituem investimento reprodutivo, pelo retorno em benefícios sociais. A educação é causa e não efeito do crescimento social e econômico, que é produto da inteligência, do preparo e do aprimoramento científico, tecnológico e profissional.

Faz-se necessário, portanto, para que se cimente o edifício da nova sociedade brasileira — que desponta de forma tão auspiciosa — dar à educação justo relevo; e que ela se inclua entre as prioridades primeiras nos programas de desenvolvimento do País. Tanto mais urgente se mostra essa necessidade quanto é sabido que há imenso contingente de recursos humanos a aproveitar, que se estiolam vocações e se desperdiçam talentos, à falta de orientação profissional; e que, refletindo legítimas aspirações, cresce a demanda, à qual é preciso dar-se atendimento. Mais de metade da população brasileira conta menos de vinte anos de idade, o que significa considerável cabedal a ser aproveitado.

Aos governos cabe, pois, erradicar o analfabetismo e proporcionar à população jovem do País, em todos os graus de ensino, a oportunidade de plena realização, integrando, assim, esse precioso potencial humano, no processo do desenvolvimento.

A reforma do ensino, em todos os seus graus, com ênfase para a Universidade, como celeiro de valores, empreendida pela Revolução de Março, alterando estruturas arcaicas, reformulando programas, atualizando métodos pedagógicos, dá cumprimento ao compromisso e torna realidade o escopo.

Essa mesma esteira trilha o Governo do Estado. Procurando dar, a todos, acesso aos benefícios da educação, promoveu a ampliação da estrutura física do ensino; criou o Centro de

Recursos Humanos e de Pesquisas Pedagógicas, destinado, no plano do ensino fundamental de 1.º e 2.º graus, à atualização e aperfeiçoamento de docentes e técnicos; desenvolveu o ensino profissionalizante; pôs em prática, mediante convênio, o Projeto Tele-escola, visando à utilização programada dos amplos meios de que dispõe a televisão educativa. Foram postos a funcionar, pelo rádio e pela televisão, cursos supletivos de alfabetização e de preparo para exames de 1.º e 2.º graus. Valeu-se, em suma, o Governo, de todos os recursos técnicos e financeiros capazes de democratizar o ensino, dando-lhe, ao mesmo tempo, as desejáveis condições de qualidade.

Os resultados obtidos levam-me à convicção de não haver falhado, também neste setor, aos compromissos assumidos perante as novas gerações.

Diante de um déficit potencial que, em 1971, se elevava a 10 000 salas de aulas, propus-me eliminá-lo, o que espero que se verifique até o final de meu mandato. Para chegar a esse resultado foram construídos, até 1973, 700 novos prédios escolares, compreendendo 7 168 salas de aulas, reformadas outras 1 300 e adequadas à implantação da reforma de ensino 350, o que permitiu a matrícula, em unidades do 1.º grau, de 3 milhões e 500 mil alunos, número que será elevado neste exercício. Não há mais crianças de 7 a 14 anos sem escola. Na área do 2.º grau, ajustado o ensino aos moldes profissionalizantes, em obediência às diretrizes da reforma federal, as vagas preenchidas por novas matrículas tiveram os aumentos, em relação aos anos anteriores, de 49 218 em 1972 e de 38 334 em 1973, além das decorrentes da criação de novas classes, em número de 21 378 em 1972 e 9 977 em 1973.

Estancadas estariam as possibilidades de desenvolvimento, e inútil seria procurá-lo se não se intensificassem entre nós — acompanhando a evolução que se processa em todo o mundo — as atividades do ensino superior e se não se estimulasse o espírito de pesquisa.

É grato verificar que as universidades mantidas pelo Estado jamais se detiveram no imobilismo. Ao contrário, situando-se no tempo, aprimoram sempre seus altos padrões de ensino e de pesquisa, nos campos das ciências exatas, biológicas e humanas. Têm elas dado sua contribuição através dos anos e participam, hoje, do processo que se opera em todo o País, pela formação de cientistas e profissionais que vêm constituindo, principalmente no Estado, a mola de propulsão do progresso científico e tecnológico e, por via de consequência, do crescimento econômico e social, mercê de sua atuação na empresa privada ou no plano da Administração Pública.

Os tempos já não comportam o empirismo, as improvisações. Exigem, para os problemas, soluções ditadas pelo conhecimento e pelos princípios hauridos do meditado estudo das ciências e da tecnologia avançada, da paciente pesquisa de laboratório.

É nesse quadro que se colocam as Universidades de São Paulo e de Campinas, como os Institutos Isolados de Ensino Superior.

A Universidade de São Paulo, além dos cursos de graduação e pós-graduação que mantinha com respectivamente 28 081 e 5 000 alunos, foi, em 1973, autorizada a abrir 20 novos cursos de pós-graduação, aos níveis de mestrado e doutorado, nos campos da Física, da Tecnologia Quí-